



geral-TR Calçada  
+ Praça- versão 2 RE

## READEQUADO

### TERMO DE REFERÊNCIA

### OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LEI 14.133/2021.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de obras de requalificação urbana no Município de Delmiro Gouveia/AL, **cujos objetos centrais consistem na Construção de Estacionamento Público e na Reforma de Praça Pública – Pátio Múltiplos Eventos**. A contratação será realizada sob o modelo de **Lote Único integrado**, sendo este estruturado em 02 (dois) itens específicos:
  - I - Construção de Estacionamento Público
  - II- Reforma de Praça Pública – Pátio Múltiplos EventosAmbas as intervenções urbanas deverão ser executadas em estrita conformidade com as especificações técnicas, projetos de engenharia, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos anexos que integram este Termo de Referência. Ambas as intervenções urbanas deverão ser executadas em estrita conformidade com as especificações técnicas, projetos de engenharia, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos anexos que integram este Termo de Referência.
- 1.2. A contratação será realizada em **Lote Único**, sendo o objeto composto e discriminado por 02 (dois) itens específicos para fins de organização física e contábil, a saber:
  - a) Item I: Construção de Estacionamento Público no Município de Delmiro Gouveia/AL;
  - b) Item II: Reforma de Praça Pública – Pátio Múltiplos Eventos no Município de Delmiro Gouveia/AL.
- 1.3. A adoção de Lote Único justifica-se pela indissociabilidade técnica e estreita proximidade geográfica entre as intervenções, pela necessidade imperativa de integração das frentes de execução logística, padronização executiva de acabamentos, otimização da mobilização de equipes e equipamentos no canteiro central, racionalização da fiscalização contratual e maior eficiência administrativa e econômica para a Administração Pública.
- 1.4. O julgamento da licitação ocorrerá pelo valor global do lote único, sendo vedada a adjudicação parcial dos itens.
- 1.5. Para fins de fiel atendimento às normas de contabilidade pública, embora a contratação seja processada em Lote Único e adjudicada a uma única empresa vencedora através de **um único instrumento contratual**, a execução financeira será rigidamente cindida por meio de duas matrizes orçamentárias independentes (Planilha para o Item I e Planilha para o Item II), vinculadas às suas respectivas fontes de custeio, dotações e procedimentos de prestação de contas específicas de cada empreendimento.
- 1.6. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.449.475,58** (*um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos*), conforme custos unitários constantes das planilhas orçamentárias de referência anexas.

#### ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO



LOTE ÚNICO					
CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO E					
REFORMA DE PRAÇA PÚBLICA - PÁTIO MÚLTIPLOS EVENTOS					
Item	Descrição	Unidade	Quant	R\$ Unit.	R\$ Total
1	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO EM DELMIRO GOUVEIA/AL	Serviço	1	R\$ 186.969,93	R\$ 186.969,93
2	REFORMA DE PRAÇA PÚBLICA- PÁTIO MÚLTIPLOS EVENTOS EM DELMIRO GOUVEIA/AL.	Serviço	1	R\$ 1.262.505,65	R\$ 1.262.505,65
Valor Estimado Total da Contratação				R\$ 1.449.475,58	

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência contempla duas necessidades públicas distintas e complementares, voltadas à requalificação de áreas estratégicas no centro urbano do Município de Delmiro Gouveia/AL, estruturadas de forma unificada em um **Lote Único composto por 02 (dois) itens específicos**, visando à melhoria da mobilidade, organização do espaço público, fortalecimento do comércio local e valorização da infraestrutura urbana.

A primeira necessidade, materializada no **Item I (Construção de Estacionamento Público)**, decorre da saturação e insuficiência da oferta atual de vagas na região central, que se caracteriza pela forte concentração de comércios e serviços. Essa escassez ocasiona ocupações irregulares nas vias, dificulta o acesso às lojas e compromete severamente a fluidez do trânsito local. Diante disso, justifica-se a execução de obra planejada para a ampliação de vagas mediante a adequação parcial do calçadão central, assegurando faixas seguras para pedestres e promovendo o equilíbrio entre a mobilidade veicular e a acessibilidade urbana.

A segunda necessidade, consolidada no **Item II (Reforma de Praça Pública – Pátio Múltiplos Eventos)**, fundamenta-se no desgaste natural sofrido pelo local devido ao uso contínuo e à ação do tempo, evidenciado por deficiências na pavimentação, iluminação pública, acessibilidade e mobiliário urbano. Sendo este um espaço de relevante interesse público para a convivência social, feiras econômicas e manifestações culturais, torna-se imperativa a execução de uma reforma global para modernizar a sua infraestrutura, ampliar as condições de segurança coletiva e valorizar urbanisticamente o centro da cidade.

A modelagem da contratação em **Lote Único unificado por itens** justifica-se pela indissociabilidade física e geográfica das intervenções, garantindo a compatibilidade técnica, a padronização executiva de acabamentos e a otimização logística do canteiro central. Simultaneamente, a segregação interna em **dois itens independentes** atende à obrigação legal de diferenciação orçamentária e contábil das frentes de trabalho, permitindo que o Item I seja custeado por Recursos Próprios e o Item II por recursos de Emenda Parlamentar Federal, viabilizando processos de medição, faturamento e prestações de contas estritamente cindidos e auditáveis junto aos órgãos de controle.



- 2.2. Embora o objeto contemple duas intervenções urbanas distintas, a presente contratação foi estruturada em lote único por integrarem uma mesma estratégia administrativa de requalificação da área central do Município de Delmiro Gouveia/AL, envolvendo ações complementares voltadas à melhoria da mobilidade urbana, organização do espaço público, fortalecimento das atividades econômicas locais e valorização da infraestrutura urbana existente.

A adoção de solução integrada busca promover maior compatibilidade técnica e operacional entre os serviços, otimização da mobilização de equipes e equipamentos, padronização executiva, racionalização da fiscalização contratual e maior eficiência administrativa na execução das obras.

- 2.3. As especificações técnicas, quantitativos, soluções propostas e demais detalhes relativos a cada necessidade encontram-se devidamente pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, documento que integra este Termo de Referência como apêndice.

### 3. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 3.1. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Os requisitos da contratação abrangem a execução integrada das obras de construção de estacionamento público e reforma da Praça Pública – Pátio Múltiplos Eventos, compreendendo serviços de infraestrutura urbana, pavimentação, drenagem, acessibilidade, iluminação pública, reorganização espacial, mobiliário urbano e demais intervenções previstas nas peças técnicas. Toda a modelagem dos requisitos está estruturada sob o modelo de **Licitação Unificada em Lote Único dividido em 02 (dois) itens específicos** (Item I e Item II) para assegurar a harmonia logística do canteiro central. Contudo, os quantitativos e especificações que materializam tais requisitos serão distribuídos, acompanhados e medidos por meio de duas matrizes financeiras independentes (Planilha A e Planilha B), cujos processos de faturamento e liquidação da despesa deverão ocorrer de forma estritamente cindida e isolada por fonte de recurso.
- 5.2. A execução dos serviços deverá observar:
- I – As normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
  - II – A legislação urbanística e o plano diretor aplicáveis ao Município de Delmiro Gouveia/AL;
  - III – As normas de acessibilidade universal, em especial a Lei Federal nº 13.146/2015 e a ABNT NBR 9050;
  - IV – As normas e legislações ambientais vigentes, bem como as condicionantes das licenças emitidas;
  - V – As normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho (NRs do Ministério do Trabalho e Emprego);



VI – As especificações técnicas estritas constantes nos projetos executivos, memórias de cálculo e documentos da contratação.

Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a empresa adjudicatária ficará submetida aos seguintes deveres operacionais:

- I – Executar integralmente os serviços previstos em ambos os itens, sendo terminantemente vedada a subcontratação total do objeto;
- II – Fornecer a totalidade dos materiais de qualidade comprovada, equipamentos adequados, mão de obra qualificada e insumos necessários à perfeita execução física;
- III – Garantir absoluta compatibilidade técnica e transição geométrica entre as etapas executivas do estacionamento e da praça;
- IV – Observar rigorosamente os prazos e marcos intermediários estabelecidos no cronograma físico-financeiro de referência;
- V – Manter responsável técnico legalmente habilitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto) presente e atuante no canteiro durante toda a execução contratual, com as respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) devidamente emitidas e quitadas;
- VI – Atender com presteza a todas as exigências da fiscalização municipal relativas à qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade das intervenções urbanas executadas;
- VII – Instruir os processos de medição de forma totalmente individualizada e segregada para o Item I e para o Item II, apresentando Notas Fiscais e memórias de cálculo exclusivas para cada fonte de custeio, conforme regras de contabilidade pública.

Os requisitos específicos da solução, detalhamentos executivos, memórias justificativas, quantitativos e demais minúcias relativas a cada necessidade encontram-se pormenorizados nos projetos de engenharia, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), documentos que integram a presente contratação como apêndices e anexos indissociáveis

#### DA VISTORIA

- 5.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00hrs horas às 14:00hrs, com confirmação do agendamento pelo email: seplanpmdg@gmail.com
- 5.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 5.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 5.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



## 6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Será exigida a garantia da proposta de 1% de acordo com o Art. 58, nas formas que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10(dez) dias úteis no caso de fracasso de licitação, e 5(cinco) dias nas demais situações.
- 6.3. Será exigida garantia de execução de 5% de acordo com o Art. 98, nas formas que trata os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.
- 6.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 6.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 6.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## 7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
  - 7.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.
  - 7.1.2. A subcontratação fica limitada a 10% do valor total contratado.
- 7.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

## 8. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 1.1. Em observância à Lei Complementar nº 123/2006, ao Decreto Municipal nº 062/2026 e à Lei nº 14.133/2021, será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e demais beneficiários previstos na legislação aplicável.
- 1.2. Considerando o disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 062/2026, poderá ser aplicada prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, desde que suas propostas estejam em até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observada a seguinte ordem de preferência:
  - I – Empresas sediadas no Município de Delmiro Gouveia;
  - II – Inexistindo proposta local nas condições estabelecidas, empresas sediadas na Região do Alto Sertão de Alagoas, compreendida pelos municípios de Delmiro Gouveia, Piranhas, Mata Grande, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas;
  - III – de forma subsidiária, empresas sediadas no Estado de Alagoas.
- 1.3. A aplicação do critério de regionalidade fundamenta-se na necessidade de fortalecimento da economia local e regional, incentivo à geração de emprego e renda, promoção do desenvolvimento econômico municipal e ampliação da participação das micro e pequenas empresas nas contratações públicas, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº 062/2026.





1.1. A adoção da regionalidade observa os princípios da competitividade, economicidade e eficiência administrativa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, não implicando restrição indevida à ampla concorrência.

8.1. Não serão aplicados os benefícios previstos nos arts. 13, 14, 15 e 16 do Decreto Municipal nº 062/2026 quando verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 17 do referido Decreto, especialmente nos casos de inexistência de fornecedores competitivos locais ou regionais capazes de atender às exigências do certame ou quando a medida não se mostrar vantajosa para a Administração Pública.

## 9. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) meses contados do início da entrega da ordem de serviço, descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A execução do objeto será de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, sob o regime de empreitada por preço global, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**.

10.2. A contratação será processada em **Lote Único, estruturado em 02 (dois) itens específicos**, considerando a indissociabilidade geográfica, a compatibilidade técnica e operacional entre as intervenções, a necessária integração das frentes de execução logística, a otimização da mobilização de equipes e equipamentos no canteiro central, bem como a racionalização da fiscalização e da gestão contratual pela Administração Pública.

10.3. O julgamento ocorrerá pelo valor global do lote único, devendo o licitante apresentar proposta contemplando todos os itens integrantes da contratação, sendo vedada a adjudicação parcial.

### Forma de execução

10.4. O objeto será executado sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nos termos da legislação vigente.

## 11. PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

11.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.

11.3. O julgamento do certame ocorrerá estritamente pelo **valor global do Lote Único**, devendo o licitante apresentar proposta de preços comercialmente firme contemplando a totalidade de ambos os itens integrantes da licitação, sendo terminantemente vedada a formulação de propostas para apenas um dos itens ou a adjudicação parcial do objeto.

11.4. Para fins de aceitabilidade da proposta e futura liquidação da despesa, os valores ofertados pelo licitante vencedor deverão respeitar os limites orçamentários fixados na Planilha A (Item I) e na Planilha B (Item II), mantendo-se a estrita segregação e vinculação às suas respectivas fontes de recursos durante toda a execução financeira do contrato.



- 11.5. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, acompanhada dos seguintes documentos:
- 11.5.1. Planilha de Custos e Formação de Preços:
    - 11.5.1.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
    - 11.5.1.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
    - 11.5.1.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
    - 11.5.1.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.
  - 11.5.2. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual.

## 12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 12.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 12.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 12.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - 12.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
  - 12.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
  - 12.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - 12.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
  - 12.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
  - 12.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
  - 12.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



- 12.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 12.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.
  - 12.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 12.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
  - 12.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
  - 12.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
    - 12.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
  - 12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
    - 12.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
  - 12.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
  - 12.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);





- 12.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 12.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 12.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 12.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 12.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 12.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 12.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 12.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 12.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 12.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**Índice de Liquidez Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



**Índice de Liquidez Corrente ( $\geq 1,00$ ):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 12.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 12.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 12.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 12.4. **A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 12.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 12.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- 12.4.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
- 12.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 12.4.4. Comprovação da capacitação **técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, que comprove a execução de obra ou serviços de características semelhantes.
- 12.4.5. A capacitação técnica do(s) profissional(ais) será(ão) atestada(as) mediante a apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprovem a execução de obra ou serviço de característica semelhante.
- 12.4.6. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.



- 12.4.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 12.4.8. Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- 12.4.9. Os atestados ou certidões que não possuem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.
- 12.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 12.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- 12.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- 12.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021);

### 13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

- 13.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 13.1.1. O início da execução ocorrerá a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Administração Municipal, observando-se o cronograma físico-financeiro constante nos documentos técnicos da contratação.
- 13.1.2. Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas, projetos, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e demais documentos que integram o presente Termo de Referência, contemplando integralmente os itens que compõem o lote único da contratação.
- 13.1.3. Após a conclusão dos serviços, será observado prazo destinado aos procedimentos de recebimento provisório e definitivo, compreendendo fiscalização técnica, conferência dos serviços executados, realização de testes, verificações de conformidade, ajustes eventualmente necessários e emissão dos respectivos termos de recebimento, nos termos da legislação aplicável e conforme necessidade da Administração Municipal.



- 13.1.4. A execução dos serviços deverá observar a compatibilização operacional entre os itens contratados, garantindo padronização executiva, integração das frentes de trabalho e adequado acompanhamento da fiscalização contratual.
- 13.1.5. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Praça Central e calçada central, na Av. Presidente Castelo Branco, bairro Centro de Delmiro Gouveia/AL. CEP 57.480-000.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

- 13.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

- 13.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

- 14.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 14.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante toda a execução do contrato.
- 14.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

- 14.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**



- 14.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 14.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.10.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 14.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 14.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 14.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 14.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 14.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### **Gestor do Contrato**

- 14.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 14.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 14.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 14.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 14.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.





158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 14.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 14.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia deste exercício, oriundos de recurso federal e próprio na dotação abaixo discriminada:

a) Item I – Construção de Estacionamento Público no Município de Delmiro Gouveia/AL:

Fonte de recurso: Recursos Próprios do Município;

Valor estimado: R\$ 186.969,93 (cento e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos).

b) Item II – Reforma de Praça Pública – Pátio Múltiplos Eventos no Município de Delmiro Gouveia/AL:

Fonte de recurso federal: Transferência Especial da União oriunda de Emenda Parlamentar Federal;

➤ Valor oriundo da transferência especial: R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais);

Código da Emenda/Transferência Especial: 202322890004;

Tipo de Emenda: Emenda Individual – Transferência Especial;

Autor da Emenda Parlamentar: Senador Renan Calheiros;

➤ Valor oriundo de recursos próprios do Município: R\$ 362.505,65 (trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos), destinados à complementação financeira necessária para conclusão integral da obra.

O valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 1.449.475,58 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 15.2. Sendo a presente contratação processada sob o modelo de **Lote Único com adjudicação e julgamento pelo valor global**, a Administração firmará **um único instrumento contratual** com a empresa licitante vencedora. Contudo, em estrita observância às normas de contabilidade pública e às exigências dos órgãos de controle, este contrato preverá a divisão interna em **02 (dois) itens distintos**, vinculando rigidamente cada item às suas respectivas fontes de custeio, empenhos, dotações orçamentárias e procedimentos de prestação de contas. Fica determinado que a execução financeira do objeto ocorrerá de forma totalmente cindida e isolada por item, sendo vedada a unificação de medições ou o remanejamento de saldos financeiros entre o Item I (Recursos Próprios) e o Item II (Emenda Parlamentar).



- 15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, nos termos da legislação vigente.

## 16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 16.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 16.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 16.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 16.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 16.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 16.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 17. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 17.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 17.2. As medições dos serviços executados deverão ser realizadas de forma periódica e por itens estritamente segregados. Cada processo de medição e liquidação da despesa deverá correr de forma individualizada por empreendimento, sendo obrigatoriamente instruído com sua respectiva Nota Fiscal exclusiva, relatório de medição setorial, diário de obra correspondente, memória de cálculo detalhada e relatórios fotográficos que comprovem exclusivamente a etapa executada dentro do **Item I (Construção do Estacionamento - Recursos Próprios)** ou do **Item II (Reforma da Praça - Emenda Parlamentar)**. Fica terminantemente vedada a consolidação, compensação, cruzamento de saldos ou unificação de diferentes medições, itens ou planilhas de fontes distintas em um único documento de cobrança, sob pena de rejeição imediata pela fiscalização e sobrestamento do pagamento.
- 17.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 17.3.1. o prazo de validade;
  - 17.3.2. a data da emissão;
  - 17.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 17.3.4. o período respectivo de execução do contrato;



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO,  
TRANSPORTE E HABITAÇÃO



fls. 55

- 17.3.5. o valor a pagar; e
- 17.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 17.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.6. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 17.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 17.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 17.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 17.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 17.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 17.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 17.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Delmiro Gouveia - AL, 03 de junho de 2026



Código de verificação: **65X4-MG82-S3C8-ZSTS**

Documento capturado em 03/06/2026 17:28:11 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

Hash (SHA256): a033871189332b9bbf0c5ed3d8910d843af7b765360ee9243426ef4736beb355

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

<https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade/65X4-MG82-S3C8-ZSTS>.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ROMÁRIO SOARES GOMES** (\*\*\*.584.404-\*\*), **Secretário(a) de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio**, em 03/06/2026 17:12:24 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP:.168.181.112.195



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIA GUEDES OLIVEIRA** (\*\*\*.900.374-\*\*), **Secretário(a) Adjunto(a) de Planejamento, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio**, em 03/06/2026 17:15:56 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP:.168.181.112.195



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS RAMOS TORRES** (\*\*\*.324.874-\*\*), **Engenheiro Civil**, em 03/06/2026 17:28:11 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP:.45.234.245.43



Para verificar a validade da(s) assinatura(s), acesse o site <https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade> informando o identificador: **65X4-MG82-S3C8-ZSTS**.

Documento assinado digitalmente pelo Município de Delmiro Gouveia, conforme medida provisória n.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço: <https://validar.iti.gov.br>.